ATA NÚMERO NOVENTA E SETE

Em dezanove de março de dois mil e treze, cerca das dez horas e quarenta e cinco minutos, a Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local (CAOTPL) reuniu na sala de reuniões número seis do Palácio de S. Bento, com as presenças e faltas dos seguintes Senhores Deputados, conforme consta das respetivas folhas de registo:
- Efetivos
António Leitão Amaro (PSD); Bruno Coimbra (PSD); Bruno Vitorino (PSD); Emília Santos (PSD); Fernando Marques (PSD); Jorge Paulo Oliveira (PSD); Maurício Marques (PSD); Mário Magalhães (PSD); Ângela Guerra (PSD); Eurídice Pereira (PS); José Junqueiro (PS); Miguel Coelho (PS); Mota Andrade (PS); Pedro Farmhouse (PS); Renato Sampaio (PS); Altino Bessa (CDS-PP); Maria Margarida Neto (CDS-PP); Paulo Sá (PCP); Helena Pinto BE);
- Suplentes
Carlos Santos Silva (PSD); Nuno André Figueiredo (PS); Orísia Roques (CDS-PP); João Gonçalves Pereira (CDS-PP); Paula Santos (PCP).
Faltas
Ramos Preto (PS); António Prôa (PSD); Carlos Abreu Amorim (PSD); Heloísa Apolónia (PEV)

Após a verificação do *quórum*, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), declarou aberta esta reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
1 - Audições no âmbito da PPL Nº 123/XII-GOV *"Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas"* e da PPL 125/XII-GOV *"Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"*
- Associação de Empresas Gestoras de Sistemas de Resíduos (EGSRA);
- Administração do Grupo Aguas de Portugal (AdP).
2 – Iniciativas Legislativas
Parecer PJL nº 349/XII-PS *"Prorrogação do prazo para a obtenção do reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis (primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos)"* – Relator: Dep Paulo Sá (PCP)
Especialidade PPL nº 122/XII-GOV *"Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais"* - Propostas e Calendarização
Redação final PJR nº 599/XII-PS *"Recomenda ao Governo que promova a regeneração ambiental do Sapal de Armação de Pêra e da Ribeira de Alcantarilha"*
3 – Outros Assuntos.

---

1 - AUDIÇÕES no âmbito da apreciação da PPL Nº 123/XII-GOV *"Procede à segunda alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas"* e da PPL 125/XII-GOV *"Aprova os Estatutos da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos"*

- AUDIÇÂO DA ASSOCIAÇÃO DE EMPRESAS GESTORAS DE SISTEMAS DE RESÍDUOS (EGSRA)

Esta audição foi objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na *ar@net* em *Serviços–DRAA–Canal*

Parlamento–Arquivo–Comissões–CAOTPL (20130319) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130319caotpl_egfra.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra à delegação da EGSRA, que era integrada pelos respetivos Presidente da Direcção, Senhor Dr. Domingos Saraiva e Secretário-Geral, Senhor Dr. Fernando Ferreira, tendo o primeiro realizado uma intervenção inicial, na qual, designadamente, fez um breve historial da associação a que preside e da respetiva atividade e apresentou as observações que as propostas de lei em análise suscitaram à EGSRA (PPL nº 123/XII/2ª-lacuna dos sistemas multimunicipais/a iniciativa privada no setor; PPL nº 125/XII/2ª – a diferença dos poderes da Entidade Reguladora Independente relativamente a entidades públicas e a entidades privadas/ a representação do setor nos conselhos consultivo e tarifário deveria ser assegurada pela associação representativa EGSRA).

Em seguida, o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Bruno Coimbra (PSD) (nova Entidade Reguladora Independente: reforço das respetivas atribuições e competências, designadamente, universalização do âmbito de ação; situação da EGF), o Senhor Deputado Maurício Marques (PSD) (entrada de capital privado nas entidades gestoras de serviços de água/eficácia na gestão e resultados; sistemas multimunicipais e intermunicipais/acesso a privados), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (parecer negativo da ANMP sobre as propostas de lei em análise; processo de participação das entidades do setor na preparação das propostas legislativas do Governo; ERSAR: poder de fixar tarifas/exclusão da EPAL do âmbito de atuação do Regulador/composição do conselho tarifário), a Senhora Deputada Margarida Neto (CDS-PP) (tarifas/âmbito estatal e sistemas multimunicipais; revisão do PERSU II/grupo de trabalho/participação da EGSRA; situação da empresa Tratolixo), o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (propostas de lei em análise: objetivo privatização do setor da Água e Resíduos/posição contrária do PCP; reestruturação do setor em curso-projeto de verticalização e posterior fusão de sistemas, com gestão privada *versus* experiência de gestão pública do setor; ERSAR: capacidade de fixação de tarifas *versus* autonomia do Poder Local).

Depois, o Senhor Dr. Domingos Saraiva usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) deu esta audição por concluída, eram cerca das onze horas e trinta minutos.

- AUDIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO GRUPO AGUAS DE PORTUGAL (ADP)

Esta audição, que teve início cerca das doze horas e dez minutos, foi igualmente objeto de transmissão pelo Canal Parlamento, encontrando-se, assim, o respetivo registo áudio/vídeo disponível para consulta na *ar@net* em *Serviços–DRAA–Canal Parlamento–Arquivo–Comissões–CAOTPL* (20130319) e em http://srvvideo2.parlamento.pt/videos-canal/XII/SL2/02_com/11_caotpl/20130319caotpl_ap.wmv, pelo que o seu conteúdo se dá aqui também por reproduzido, fazendo parte integrante desta ata.

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD), após contextualizar o âmbito desta audição, deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração da AdP, Senhor Eng.º Afonso Lobato Faria, o qual se encontrava acompanhado pelo Administrador da AdP, Senhor Dr. Gonçalo Martins Barata.

O Senhor Eng.º Afonso Lobato Faria começou por convidar a CAOTPL para uma visita à ETAR de Alcântara, a realizar em data a combinar. Depois, na sua intervenção abordou, em síntese: breve historial do setor da Água em Portugal; situação atual difícil do setor da

Água e Resíduos Sólidos Urbanos (dívidas dos Municípios; défice tarifário); reestruturação do setor em marcha: agregação dos sistemas multimunicipais em alta e verticalização; Resíduos-dívidas dos Municípios à EGF/alienação da EGF; PPL nº 123/XII/2ª: resíduos sólidos-sistemas multimunicipais abertos a maioria de capitais privados; águas-subconcessões abertas a privados; PPL nº 125/XII/2ª: ERSAR regulador de referência a nível internacional; regulação económica-fixação de tarifas com recuperação de custos; água bem essencial e recurso escasso - eficiência na distribuição em baixa, reduzindo perdas das redes; tarifas sociais - regulamento tarifário definirá tarifa a cobrar às famílias carenciadas; tarifas em alta totalmente definidas pela ERSAR; tarifas em baixa – ERSAR vai auditar e regulamentar, tendo em conta as tarifas praticadas pelos operadores; fatura definida será definida pela ERSAR; situação da EPAL face ao regulador.

Na sequência, o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu a palavra aos grupos parlamentares presentes, em nome dos quais intervieram o Senhor Deputado Bruno Coimbra (retrato do setor da água após audições realizadas pela CAOTPL em 2012; atual reforma do setor da Água e Resíduos: equilíbrio financeiro/subconcessões a privados/ reforço da regulação/incentivo da eficácia das entidades gestoras/sustentabilidade do setor), o Senhor Deputado Mário Magalhães (PSD) (assimetrias e diferenças tarifárias/poupanças; intervenção da ERSAR para o equilíbrio do setor/relação dos sistemas em alta e em baixa/fatura detalhada; grupo AdP: parceiros Municípios/eventual adesão á verticalização/articulação para a reorganização do setor), o Senhor Deputado Pedro Farmhouse (PS) (que estudos serviram de base à reorganização do setor em curso (?); situação da EGF-privatização do setor dos resíduos; parecer desfavorável da ANMP relativamente às PPL do Governo em análise; posições dos privados no processo de verticalização; ERSAR: capacidade de fixar tarifas/eventual exclusão da EPAL do âmbito de atuação do regulador/composição do conselho consultivo; que comemoração em Portugal do Dia Mundial da Água 2013 face à reestruturação em curso do setor), o Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) (reorganização do setor da Água em curso: eficiência/ vantagem da abertura a privados/assimetrias e solidariedade para equilíbrio tarifário/dívidas ao grupo AdP/défice tarifário; ERSAR: novo regulador mais independente e forte/poder de definir tarifas *versus* autonomia dos Municípios/ tarifa social/fundo de equilíbrio tarifário) e o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (PPL's do Governo: abertura do setor da Água e Resíduos á privatização; reestruturação do setor: gestão pública *versus* gestão privada; posição do PCP de defesa da gestão pública do setor da Água; Água bem essencial público: proveitos *versus* custos sociais financiados pelo O.E./subconcessões a privados á custa do erário público e dos cidadãos) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (conceção sobre a função da Água e dos serviços associados: decisões internacionais da Água como bem essencial/decisão da ONU em 2010: direito humano essencial de acesso à água, subscrita por Portugal/relação com a atual política da Água em Portugal).

Depois, o Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), através de interpelação à Mesa, solicitou a distribuição de nota informativa do Programa da Década da Água da ONU sobre o Direito Humano à Água e Saneamento, destacando, designadamente, o ponto "A preços razoáveis" (*"As instalações e serviços de água e saneamento deverão estar disponíveis a preços razoáveis para todos, mesmo os mais pobres …"*), tendo sobre esta questão ainda usado da palavra o Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) (protesto por a questão extravasar do objeto da reunião: audição da Administração da AdP) e a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) (reservando resposta para quando o assunto fosse agendado para reunião da Comissão).

Depois, o Senhor Eng.º Afonso Lobato Faria usou novamente da palavra para pronunciar-se acerca das questões suscitadas pelos Senhores Deputados, após o que o Senhor Vice-Presidente da Comissão deu esta audição por concluída.

2 – Iniciativas Legislativas

- Parecer sobre PJL nº 349/XII/2ª-PS *"Prorrogação do prazo para a obtenção do reconhecimento da propriedade privada sobre parcelas de leitos ou margens das águas do mar ou de quaisquer águas navegáveis ou flutuáveis (primeira alteração à Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, que estabelece a titularidade dos recursos hídricos)"*

O Relator, Senhor Deputado Paulo Sá (PCP) apresentou este parecer, da sua autoria, tendo ainda feito intervenções os Senhores Deputado Pedro Farmhouse (PS) e Deputado Maurício Marques.

Na sequência o Senhor Vice-Presidente da Comissão submeteu o documento a votação, nos termos regimentais, com o seguinte resultado:

Considerandos - aprovados por unanimidade, estando ausente BE e PEV;

Conclusões - aprovadas por unanimidade, estando ausente BE e PEV.

- Especialidade PPL nº 122/XII-GOV *"Estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais"* – Propostas de audições e calendarização

Tendo presentes as propostas apresentadas pelos grupos parlamentares e na sequência de intervenções do Senhor Deputado António Leitão Amaro (PSD), do Senhor Deputado Altino Bessa (CDS-PP) e da Senhora Deputada Paula Santos (PCP), procedeu-se às seguintes votações:

- Audições de ANMP, ANAFRE, STAL, SINTAP, A.M. Lisboa, A.M. Porto e Conselho de Finanças Públicas – aprovado, por unanimidade, estando ausentes BE e PEV;
- Audições de todas Comunidades Intermunicipais (proposta PCP) – rejeitado, por maioria, com votos a favor do PS e PCP e contra do PSD e CDS-PP, estando ausentes BE e PEV;
- Audições presenciais das Comunidades Intermunicipais do Alto Minho e da Região de Aveiro e parecer escrito das restantes CIM (proposta PSD) – aprovado, por maioria, com votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e contra do PCP, estando ausentes BE e PEV.

Relativamente à calendarização das referidas audições e na sequência de intervenções dos Senhores Deputado Paulo Sá (PCP) e Deputado António Leitão Amaro (PSD), verificou-se consenso no sentido de ser apresentada proposta da Mesa na próxima reunião da Comissão.

- Redação final PJR nº 599/XII-PS *"Recomenda ao Governo que promova a regeneração ambiental do Sapal de Armação de Pera e da Ribeira de Alcantarilha"*

Tendo presente a Informação n.º52/DAPLEN/2013 sobre a matéria, esta redação final foi aprovada por unanimidade, estando ausentes BE e PEV.

Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Fernando Marques (PSD) deu por finda esta reunião, eram cerca das treze horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Vice-Presidente da Comissão,

Fernando Marques

JF/